

São Paulo, 31 de agosto de 2021.

À

Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público
Secretaria de Comércio Exterior
Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais
Ministério da Economia

At: Sr. Secretário de Comércio Exterior Lucas Ferraz
Sra. Subsecretária de Defesa Comercial e Interesse Público Amanda Athayde

Ref.: Consulta Pública da Proposta de Portaria de Investigações de Subsídios e Medidas Compensatórias

Prezados senhores,

O **Comitê de Comércio Internacional do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (IBRAC)**, formado principalmente por advogados e economistas que participam regularmente de investigações de defesa comercial, gostaria de, primeiramente, cumprimentar as ações dessa D. Secretaria visando a transparência e previsibilidade dos processos de defesa comercial, bem como a manutenção do canal de comunicação com a sociedade, por meio da abertura de consultas públicas sobre atos normativos a serem emitidos por essa Secretaria.

Em consonância com esse espírito de colaboração, o IBRAC vem, por meio desta, respeitosamente apresentar sugestões e comentários acerca da proposta de portaria de investigação de subsídios e medidas compensatórias, cuja consulta pública foi aberta pela Circular Secex 38/2021. Os comentários apresentados refletem a experiência dos diversos integrantes do Comitê de Comércio Internacional do IBRAC e buscam aprimorar, ainda mais, o sistema de defesa comercial brasileiro.

A publicação de uma portaria contendo os procedimentos para a apresentação de petições de investigações originais, revisões e outros procedimentos relacionados às investigações de subsídios e medidas compensatórias é medida salutar, que certamente trará maior previsibilidade às empresas e profissionais envolvidos nesses procedimentos de defesa comercial. Nesse sentido, a criação de normativa regulamentando as informações e dados necessários para a abertura dos referidos procedimentos, bem como o formato para apresentação dessas informações, é medida bem-vinda.

Não obstante, a proposta de portaria também traz uma série de dispositivos abordando questões relativas à metodologia a ser adotada por essa Subsecretaria para o cálculo da margem de subsídios, bem como outros aspectos regulatórios. Tais dispositivos visam a

adequar a condução das investigações de subsídios e medidas compensatórias por essa Subsecretaria às melhores práticas internacionais.

É evidente a importância de se estabelecer com maior clareza a metodologia e a interpretação que serão adotados pela autoridade investigadora em diversos aspectos da investigação sobre subsídios e medidas compensatórias, inclusive por meio da adequação do marco normativo à jurisprudência consolidada da Organização Mundial do Comércio.

Entretanto, o IBRAC pondera o risco de a publicação de portaria com essas normas, no presente momento, gerar questionamentos – inclusive na esfera judicial – acerca das investigações e decisões de medidas de subsídios e medidas compensatórias conduzidas por essa D. Subsecretaria.

Como se sabe, os procedimentos relativos à aplicação de medidas compensatórias estão atualmente amparados pelo Decreto 1.751/1995. Trata-se de normativa antiga, que, com o desenvolvimento das investigações de defesa comercial, passou a apresentar lacunas ou insuficiências importantes acerca de diversos aspectos do processo administrativo.

Nesse sentido, tramita no governo um novo decreto sobre investigações de subsídios e medidas compensatórias, que tem por objetivo atualizar, detalhar e substituir o marco regulatório trazido pelo Decreto 1.751/1995. No entanto, aparentemente tal decreto ainda não tem previsão de publicação.

O receio que aqui se expõe é que se considere que a portaria em discussão vai além e contém inovações em relação ao disposto no decreto atualmente em vigor. Apesar de não se poder argumentar que há incompatibilidade entre um instrumento e outro, como alguns dos dispositivos contidos na proposta de portaria regulam, justamente, lacunas deixadas pelo Decreto 1.751/1995 e provavelmente antecipam certas regras que estarão contidas no novo decreto, poderiam ser interpretados como ampliações indevidas da norma atualmente em vigor.

O resultado seria um aumento da imprevisibilidade e insegurança do sistema de defesa comercial, prejudicando o objetivo fundamental da proposta de portaria, que é, justamente, conferir maior segurança às partes interessadas¹.

Diante do exposto, o IBRAC apresenta duas ponderações: (i) a primeira é de que o ideal seria que a publicação dessa portaria ocorresse após a edição do novo decreto que substituirá o Decreto 1.751/1995; (ii) a segunda é que se poderia considerar a possibilidade de publicação de partes da proposta de portaria (como por exemplo a Seção III do Capítulo III², que detalha em 12 subseções a forma de cálculo de diversos tipos de subsídios) em formato de guia, com a explicitação das metodologias que a autoridade investigadora considera mais adequadas e pretende seguir na realização desses cálculos. Com isso, seria suprido o objetivo de conferir maior transparência e previsibilidade acerca das práticas dessa Subsecretaria, sem, no

¹ Em linha com o previsto no Art. 30 da lei de introdução às normas do direito brasileiro: “Art. 30. As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.”

² CAPÍTULO III - DA APURAÇÃO DO MONTANTE DE SUBSÍDIO E DE DIREITO COMPENSATÓRIO

entanto, conferir caráter normativo a dispositivos que -- se poderia argumentar -- ainda não encontrariam amparo em decreto, mitigando o risco de questionamentos acerca da legalidade da normativa que rege as investigações e revisões sobre subsídios e medidas compensatórias.

Feitas essas considerações, o IBRAC apresenta, em anexo, algumas sugestões de alteração de redação da proposta de portaria, sempre no intuito de cooperar com essa Subsecretaria no aprimoramento do sistema de defesa comercial brasileiro.

Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos e para o diálogo construtivo em prol do sistema brasileiro de defesa comercial.

Atenciosamente,

Comitê de Comércio Internacional

Renê Guilherme S. Medrado
Diretor de Comércio Internacional

Fernando Benjamin Bueno
Coordenador

Carolina Jezler Müller
Coordenadora

Contribuíram para essa manifestação:

Ana Luiza Sanches

Carol Sayeg

Caroline Dias

João Paulo Junqueira

Julia Heinzen

Marina Staibano

Marina Takitani

Rabih Nasser

Rodrigo Pupo

Vitor Leite

Anexo I

Manifestação sobre a Consulta Pública referente à minuta da portaria SECEX de investigações de subsídios e medidas compensatórias.

A presente manifestação apresenta os comentários e sugestões dos profissionais que integram o Comitê de Comércio Internacional do IBRAC e está estruturada da seguinte forma: i) as alterações sugeridas para o texto se encontram em **vermelho**; ii) quando a sugestão apresentada envolver a exclusão de algum trecho da portaria, o mesmo estará **tachado**; iii) quando a sugestão apresentada envolver a inclusão de algum trecho da portaria, o mesmo estará **sublinhado**; iv) as justificativas apresentadas foram formulados pelo Comitê de Comércio Internacional do IBRAC, descrevendo a razão pela qual foi sugerida alteração do texto da minuta da portaria SECEX.

Texto original	Sugestão da nova redação	Justificativa
CAPÍTULO II – DAS PETIÇÕES DE INVESTIGAÇÃO ORIGINAL		
Seção– Do período de investigação de subsídios e do período de investigação de dano		
Art. 17. O período de investigação de dano compreenderá 60 (sessenta) meses, divididos em cinco intervalos de 12 (doze) meses, preferencialmente encerrados em março, junho, setembro ou dezembro, sendo que o intervalo mais recente deverá, preferencialmente, coincidir com o período de investigação de existência de subsídio, e os outros quatro intervalos compreenderão sucessivamente os doze meses anteriores aos primeiros. § 1º O peticionário terá até o último dia útil do quarto mês subsequente ao encerramento do período de	Art. 17. O período de investigação de dano compreenderá 60 (sessenta) meses, divididos em cinco intervalos de 12 (doze) meses, preferencialmente encerrados em março, junho, setembro ou dezembro, sendo que o intervalo mais recente deverá, preferencialmente, coincidir com o período de investigação de existência de subsídio, e os outros quatro intervalos compreenderão sucessivamente os doze meses anteriores aos primeiros. § 1º O peticionário terá até o último dia útil do quarto <u>quinto mês</u> subsequente ao encerramento do período de investigação de dano para protocolar a petição	Levando em consideração o grande volume de informações necessárias para elaboração da petição de subsídios, que além de contemplar indicadores de dano da indústria doméstica das últimos 5 anos, deverá contemplar informações necessárias para demonstração de indícios da contribuição financeira, benefício e especificidade das medidas que serão objeto da investigação, e que em alguns casos o número de programas de subsídios é elevado, sugerimos que o prazo disposto no parágrafo primeiro do artigo 17 seja aumentado.

investigação de dano para protocolar a petição.		
Seção – Do produto objeto da investigação		
<p>Art. 21. Os itens da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) em que se classifica o produto objeto da investigação deverão ser informados.</p> <p>(...)</p> <p>§2º O peticionário deverá esclarecer se, no referido item da NCM, também são classificados outros produtos além do produto objeto da investigação e deverá fornecer elementos que permitam identificá-los.</p>	<p>Art. 21. Os itens da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) em que se classifica o produto objeto da investigação deverão ser informados.</p> <p>(...)</p> <p>§2º O peticionário deverá esclarecer se, no referido item da NCM, também são classificados outros produtos além do produto objeto da investigação e <u>se possível</u>, deverá fornecer elementos que permitam identificá-los.</p>	<p>É possível que tenha uma gama muito grande de produtos que são classificados dentro do mesmo item da NCM. Desse modo, a informação requerida no parágrafo segundo do artigo 21 pode ser de difícil acesso por parte da peticionária, trazendo complexidade para parte probatória. Portanto, propomos a inserção do termo “se possível”, dando assim maior flexibilidade para a apresentação de elementos que permitam a identificação de outros produtos que possam ser classificados na mesma NCM do produto objeto da investigação.</p>
Seção - Dos Subsídios		
<p>Art. 48. Serão aceitas como fontes de informação para fins de instrução de petições de investigação de subsídios, dentre outros:</p> <p>(...)</p> <p>§1º As determinações e conclusões de autoridades investigadoras estrangeiras no âmbito de investigações de subsídios acionáveis e os respectivos cálculos referentes à apuração do montante de subsídios poderão ser utilizados como fonte de informação para instrução de petições nos termos desta Seção.</p>	<p>Art. 48. Serão aceitas como fontes de informação para fins de instrução de petições de investigação de subsídios, dentre outros:</p> <p>(...)</p> <p>§ 1º As determinações e conclusões de autoridades investigadoras estrangeiras no âmbito de investigações de subsídios <u>acionáveis</u> e os respectivos cálculos referentes à apuração do montante de subsídios poderão ser utilizados como fonte de informação para instrução de petições nos termos desta Seção.</p>	<p>A petição de investigação de subsídios, assim como as determinações e conclusões de autoridades investigadoras estrangeiras, pode ser focada em subsídios acionáveis, previstos no Artigo 5º do ASCM, ou em subsídios proibidos, previstos no artigo 3º do ASCM. Portanto, a menção apenas à “subsídios acionáveis” no parágrafo primeiro do artigo 48 pode gerar dúvidas em relação a aplicação deste instituto em determinações e conclusões referentes à subsídios proibidos.</p>

		Portanto, sugerimos que a redação seja adaptada para “investigação de subsídios”.
Seção– Dos possíveis outros fatores causadores de dano e da não atribuição		
<p>Art. 121. A petição deverá indicar a existência de quaisquer outros fatores que possam estar simultaneamente causando dano à indústria doméstica, tais como:</p> <p>(...)</p> <p>Parágrafo único. O peticionário deverá separar e distinguir os efeitos dos outros fatores conhecidos apontados na petição, indicando porque o efeito desses outros fatores não afasta o nexo de causalidade entre as importações subsidiadas e o dano à indústria doméstica verificado no período de investigação de dano.</p>	<p>Art. 121. A petição deverá indicar a existência de quaisquer outros fatores que possam estar simultaneamente causando dano à indústria doméstica, tais como:</p> <p>(...)</p> <p>Parágrafo único. O peticionário deverá separar e distinguir os efeitos dos outros fatores conhecidos apontados na petição, indicando porque o efeito desses outros fatores não afasta o nexo de causalidade entre as importações subsidiadas e o dano à indústria doméstica verificado no período de investigação de dano.</p>	<p>A distinção dos efeitos de outros fatores apontados na petição e seus efeitos em relação ao dano à indústria doméstica é uma análise de alta complexidade, que traz ônus excessivo para a peticionária na apresentação do pleito. Sendo assim, sugerimos a retirada do parágrafo único do Artigo 121, pois este tipo de requerimento dificulta o acesso ao instrumento devido à alta complexidade probatória. Essa análise deve ser uma atribuição da autoridade investigadora, que poderá realizá-la durante a investigação na posse das informações de todas as partes interessadas.</p>
<p>Art. 122. Caso a indústria doméstica tenha realizado importações do produto objeto de investigação durante o período de investigação de dano, o peticionário deverá indicar as razões que levaram à realização dessas importações e preencher os Apêndices XXII, XXIII e XXIV, no caso de ter havido desembaraço de importações do produto objeto da investigação durante o período de investigação de existência de subsídio.</p>	<p>Art. 122. Caso a indústria doméstica tenha realizado importações do produto objeto de investigação durante o período de investigação de dano, o peticionário deverá indicar as razões que levaram à realização dessas importações e preencher os Apêndices XXII, XXIII e XXIV, no caso de ter havido desembaraço de importações do produto objeto da investigação durante o período de investigação de existência de subsídio.</p>	<p>A demanda pela apresentação das informações detalhadas referentes às importações de produtos similares por parte da peticionária como, por exemplo, a discriminação dos custos e despesas referentes às importações, apresenta um alto grau de complexidade para a peticionária, resultando em ônus excessivo para a apresentação de pleito. Sendo assim, sugerimos a retirada da parte final do Artigo 122 e dos parágrafos 2º e 10º, pois este tipo</p>

<p>§ 1º Deverá ser esclarecido se as operações de importação da indústria doméstica antecedem a ocorrência do alegado dano decorrente das importações do produto objeto da investigação ou se foram realizadas após a ocorrência do alegado dano, bem como se tais importações foram realizadas de forma a prevenir ou a remediar os efeitos danosos da concorrência com o produto objeto da investigação.</p> <p>§ 2º A petição deverá conter descrição detalhada dos produtos importados pela indústria doméstica, mediante a apresentação de informações e especificações relevantes que permitam caracterizar tecnicamente este produto, tais como nome/código comercial do fabricante, tipo, mercado a que se destina, dentre outros, bem como catálogos do produto, se disponíveis.</p> <p>§ 3º Deverá ser indicado se há diferença de qualidade entre o produto importado e o produzido pela indústria doméstica, indicando também os motivos de ordem técnica, financeira, operacional ou outra, que determinaram a opção pelo produto importado e não pelo produto fabricado no Brasil.</p> <p>§ 4º Deverão ser indicados quais os principais elementos determinantes na formação do preço do produto</p>	<p>§ 1º Deverá ser esclarecido se as operações de importação da indústria doméstica antecedem a ocorrência do alegado dano decorrente das importações do produto objeto da investigação ou se foram realizadas após a ocorrência do alegado dano, bem como se tais importações foram realizadas de forma a prevenir ou a remediar os efeitos danosos da concorrência com o produto objeto da investigação.</p> <p>§ 2º A petição deverá conter descrição detalhada dos produtos importados pela indústria doméstica, mediante a apresentação de informações e especificações relevantes que permitam caracterizar tecnicamente este produto, tais como nome/código comercial do fabricante, tipo, mercado a que se destina, dentre outros, bem como catálogos do produto, se disponíveis.</p> <p>§ 3º Deverá ser indicado se há diferença de qualidade entre o produto importado e o produzido pela indústria doméstica, indicando também os motivos de ordem técnica, financeira, operacional ou outra, que determinaram a opção pelo produto importado e não pelo produto fabricado no Brasil.</p>	<p>de requerimento dificulta o acesso ao instrumento. Cabe destacar que este requerimento não está presente na Portaria SECEX 41/2013, que apresenta os requisitos da petição para início da investigação de dumping, e que há outros apêndices na presente portaria que já solicitam apresentação de informações com volume, valor e em formato de demonstrativo financeiro do produto importado pela indústria doméstica. Além do mais, as informações detalhadas sobre custos e despesas incidentes nas importações podem ser obtidas por meio de questionários específicos para os importadores do produto.</p>
--	---	---

<p>importado e os lotes usuais de comércio (quantidade mais frequente nas transações normais), esclarecendo se há distinção entre os lotes de produto adquirido nos mercados interno e no mercado externo, bem como, em caso positivo, em que medida isso se reflete nos preços.</p> <p>§5º Deverá ser informada a ocorrência de tratamentos tributários específicos na importação (ex.: drawback).</p> <p>§6º Deverá ser esclarecido se a indústria doméstica submete o produto importado a algum processo de transformação ou embalagem, descrevendo sucintamente tal processo, ou se o utiliza ou revende na forma em que foi importado.</p> <p>§7º Deverá ser informado se o produto importado é posteriormente exportado ou vendido no mercado interno.</p> <p>§8º Caso a indústria doméstica revenda o produto importado, deverá ser informado quais são os tipos/categorias de clientes/segmentos de mercado e os canais de distribuições utilizados em cada uma dessas hipóteses, bem como a participação de cada tipo/categoria no total de vendas.</p>	<p>§4º Deverão ser indicados quais os principais elementos determinantes na formação do preço do produto importado e os lotes usuais de comércio (quantidade mais frequente nas transações normais), esclarecendo se há distinção entre os lotes de produto adquirido nos mercados interno e no mercado externo, bem como, em caso positivo, em que medida isso se reflete nos preços.</p> <p>§5º Deverá ser informada a ocorrência de tratamentos tributários específicos na importação (ex.: drawback).</p> <p>§6º Deverá ser esclarecido se a indústria doméstica submete o produto importado a algum processo de transformação ou embalagem, descrevendo sucintamente tal processo, ou se o utiliza ou revende na forma em que foi importado.</p> <p>§7º Deverá ser informado se o produto importado é posteriormente exportado ou vendido no mercado interno.</p> <p>§8º Caso a indústria doméstica revenda o produto importado, deverá ser informado quais são os tipos/categorias de clientes/segmentos de mercado e os canais de distribuições utilizados em cada uma dessas hipóteses, bem como a participação</p>	
--	--	--

<p>§9º Deverá ser esclarecida a política comercial na aquisição do produto importado, incluindo a existência de contratos de fornecimento e sua periodicidade; prática de concessão de desconto por distribuição, por região, por quantidade comprada; prêmio, crédito ou bonificação semestral ou anual etc.</p> <p>§10º Deverá ser informado o custo financeiro e o prazo médio para pagamento das importações do referido produto, bem como se ocorre benefício de algum programa de financiamento à importação por parte das empresas exportadoras, entidades financeiras de fomento à exportação, ou outras.</p> <p>§11º Deverá ser informado, caso haja, serviços de pós-venda (assistência técnica, controle ambiental etc.), fornecidos pela empresa produtora/exportadora a seus clientes.</p> <p>§12º Deverá ser informada a localização dos centros de estocagem do produto, bem como a distância média em relação aos principais clientes de sua empresa.</p>	<p>do produto importado de cada tipo/categoria no total de vendas.</p> <p>§9º Deverá ser esclarecida a política comercial na aquisição do produto importado, incluindo a existência de contratos de fornecimento e sua periodicidade; prática de concessão de desconto por distribuição, por região, por quantidade comprada; prêmio, crédito ou bonificação semestral ou anual etc.</p> <p>§ 10. Deverá ser informado o custo financeiro e o prazo médio para pagamento das importações do referido produto, bem como se ocorre benefício de algum programa de financiamento à importação por parte das empresas exportadoras, entidades financeiras de fomento à exportação, ou outras.</p> <p>§11º Deverá ser informado, caso haja, serviços de pós-venda (assistência técnica, controle ambiental etc.), fornecidos pela empresa produtora/exportadora a seus clientes.</p> <p>§ 12. Deverá ser informada a localização dos centros de estocagem do produto, bem como a distância média em relação aos principais clientes de sua empresa.</p>	
CAPÍTULO III - DA APURAÇÃO DE MONTANTE DE SUBSÍDIO E DE DIREITO COMPENSATÓRIO		

Seção II - Da existência de subsídio

<p>Art. 126. Conforme consta do Acordo Sobre a Implementação do Artigo VII do GATT 1994 (Acordo Sobre Valoração Aduaneira), para fins do disposto nesta Portaria, exceto quando disposto de maneira distinta, as partes serão consideradas relacionadas ou associadas se:</p> <p>I - uma delas ocupar cargo de responsabilidade ou de direção em empresa da outra;</p> <p>II - forem legalmente reconhecidas como associadas em negócios;</p> <p>III - forem empregador e empregado;</p> <p>IV - qualquer pessoa, direta ou indiretamente, possuir, controlar ou detiver cinco por cento ou mais das ações ou dos títulos emitidos com direito a voto de ambas;</p> <p>V - uma delas, direta ou indiretamente, controlar a outra, inclusive por intermédio de acordo de acionistas;</p> <p>VI - forem ambas, direta ou indiretamente, controladas por uma terceira pessoa;</p> <p>VII - juntas controlarem direta ou indiretamente uma terceira pessoa;</p> <p>VIII - forem membros da mesma família; ou</p> <p>IX - se houver relação de dependência econômica, financeira ou tecnológica com clientes, fornecedores ou financiadores que configure controle operacional.</p>	<p>Art. 126. Conforme consta do Acordo Sobre a Implementação do Artigo VII do GATT 1994 (Acordo Sobre Valoração Aduaneira), para fins do disposto nesta Portaria, exceto quando disposto de maneira distinta, as partes serão consideradas relacionadas ou associadas se:</p> <p>I - uma delas ocupar cargo de responsabilidade ou de direção em empresa da outra;</p> <p>II - forem legalmente reconhecidas como associadas em negócios;</p> <p>III - forem empregador e empregado;</p> <p>IV - qualquer pessoa, direta ou indiretamente, possuir, controlar ou detiver cinco por cento ou mais das ações ou dos títulos emitidos com direito a voto de ambas;</p> <p>V - uma delas, direta ou indiretamente, controlar a outra, inclusive por intermédio de acordo de acionistas;</p> <p>VI - forem ambas, direta ou indiretamente, controladas por uma terceira pessoa;</p> <p>VII - juntas controlarem direta ou indiretamente uma terceira pessoa; VIII - forem membros da mesma família; ou</p> <p>IX - se houver relação de dependência econômica, financeira ou tecnológica com clientes, fornecedores ou financiadores que configure controle operacional.</p>	<p>Em relação ao disposto neste artigo existem dois aspectos importantes: i) o uso de conceitos apresentados em outro acordo da OMC para definição de partes relacionadas em investigações de subsídios; e ii) mesmo que sejam consideradas as definições do AVA, houve a inclusão do inciso IX, que transborda as hipóteses de partes relacionadas previstas no AVA.</p> <p>Cumpramos destacar que não existe definição de partes relacionadas para produtores estrangeiros/exportadores no Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC. Sobre a relação entre exportadores, existe uma menção, de forma tangencial, na nota de rodapé do Artigo 16.1 do ASCM, que aborda o conceito de indústria doméstica e não menciona essa hipótese. A referida nota estabelece requisitos mais estritos e limitados para definir duas partes como “relacionadas”. Portanto, a redação proposta parece uma ampliação ao que foi acordado no Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias.</p> <p>Considerando esses fatores e que o inciso IX não se relaciona com hipóteses de relação societária ou de controle comum, sugerimos reconsiderar a adoção desses critérios emprestados do acordo AVA, refletir sobre a</p>
--	--	---

		adequação de alguns dos critérios (como o percentual de 5% de participação societária) e, em qualquer caso, a exclusão do mencionado inciso IX.
<p>Art. 127. Para os fins dessa Portaria, considerar-se-á que ocorre contribuição financeira direta ou indireta nas seguintes hipóteses:</p> <p>(...)</p> <p>IV - o governo faça pagamentos a um mecanismo de financiamento para provimento de contribuição financeira, ou instrua ou confie a uma entidade privada o provimento de contribuição financeira mediante o desempenho de uma ou mais das funções descritas nos incisos anteriores, as quais seriam normalmente incumbência do governo, e a prática não difira, de modo significativo, das práticas habitualmente seguidas pelos governos.</p> <p>Parágrafo único. Em cada caso, será analisado se a contribuição financeira foi provida diretamente por uma autoridade outorgante, nos termos da Subseção III desta Seção, ou</p>	<p>Art. 127. Para os fins dessa Portaria, considerar-se-á que ocorre contribuição financeira direta ou indireta nas seguintes hipóteses:</p> <p>(...)</p> <p>IV - o governo faça pagamentos a um mecanismo de financiamento para provimento de contribuição financeira, ou instrua ou atribua confie a uma entidade privada o provimento de contribuição financeira mediante o desempenho de uma ou mais das funções descritas nos incisos anteriores, as quais seriam normalmente incumbência do governo, e a prática não difira, de modo significativo, das práticas habitualmente seguidas pelos governos.</p> <p>Parágrafo único. Em cada caso, será analisado se a contribuição financeira foi provida diretamente por uma autoridade outorgante, nos termos da Subseção III desta</p>	<p>O disposto no inciso IV do artigo referido baseou-se no artigo 1.1(a)(1)(iv) do ASMC, da seguinte redação: “<i>a government makes payments to a funding mechanism, or entrusts or directs a private body to carry out one or more of the type of functions illustrated in (i) to (iii) above which would normally be vested in the government and the practice, in no real sense, differs from practices normally followed by governments</i>”. Sendo assim, constata-se que as expressões “<i>entrusts</i>” e “<i>directs</i>” foram traduzidas, respectivamente, pelas palavras “confie” e “instrua”.</p> <p>Ao interpretar a palavra “<i>entrusts</i>” o Órgão de Apelação da OMC estabeleceu em <i>US – Countervailing Duty Investigation on DRAMs</i>, WT/DS296/AB/R, para. 110, que “[t]he term “<i>entrusts</i>” connotes the action of giving responsibility to someone for a task or an object”.</p>

indiretamente, por meio de mecanismo de financiamento ou entidade privada instruída ou confiada por um governo, nos termos da Subseção IV desta Seção.	Seção, ou indiretamente, por meio de mecanismo de financiamento ou entidade privada instruída ou confiada por um governo, nos termos da Subseção IV desta Seção.	Sendo assim, sugerimos que a palavra “confie” seja substituída por “atribua”, com o objetivo de traduzir de forma mais fiel ao texto original do Acordo da OMC. Também se destaca que na tradução oficial realizada pela a Comissão Europeia do Regulamento (UE) 2016/1037 para o português, no artigo 3º (1) (a) (iv), substituiu a expressão “ <i>entrusts</i> ” pela palavra “atribuam”.
Subseção - Do benefício		
Art. 134. Para apurar a existência do benefício, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público examinará se a contribuição financeira representou uma vantagem ao destinatário, de modo que o destinatário obtenha situação ou condição melhor do que de outra forma teria sem a contribuição financeira ou se tivesse que recorrer ao mercado para obtê-la.	Art. 134. Para apurar a existência do benefício, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público examinará se a contribuição financeira representou uma vantagem ao destinatário, de modo que o destinatário obtenha situação ou condição melhor do que de outra forma teria sem a contribuição financeira ou se tivesse que recorrer ao mercado para obtê-la.	O Órgão de Apelação em <i>US – Large Civil Aircraft (2º complaint)</i> reconheceu que existe jurisprudência pacífica no sentido de que uma contribuição financeira confere um benefício, de acordo com o disposto no Artigo 1.1(b) do ASCM, quando os termos da contribuição financeira são mais favoráveis do que os termos disponíveis para o recipiente no mercado. ³ Sendo assim, sugerimos que seja retirado o trecho “sem a contribuição financeira ou”, de modo a refletir que a comparação deve levar em consideração os termos da contribuição financeira e os termos do mercado.
Art. 134. (...) §3º Caso aplicável, a apuração do benefício levará em consideração referências de mercado adequadas, denominadas	Art. 134. (...) §3º Caso aplicável, a apuração do benefício levará em consideração referências de mercado adequadas, denominadas	Conforme estabelecido no Artigo 1.1(b), o termo técnico que deve ser utilizado é “benefício” e não vantagem. Além disso, o Painel em <i>Canada-Aircraft</i> estabeleceu que

³ AB Report, *US – Large Civil Aircraft (2nd complaint)*, para. 662.

benchmark, termo entendido como parâmetro ou conjunto de parâmetros que servem para indicar se a contribuição financeira conferiu um benefício ou vantagem à empresa que a recebeu direta ou indiretamente	benchmark, termo entendido como parâmetro ou conjunto de parâmetros que servem para indicar se a contribuição financeira conferiu um benefício ou vantagem à empresa que a recebeu direta ou indiretamente.	em uma investigação de subsídios deve ser analisado se a contribuição financeira colocou o recipiente em uma posição de maior vantagem em relação ao que ele teria no mercado: "[A] financial contribution will only confer a 'benefit', i.e., an advantage, if it is provided on terms that are more advantageous than those that would have been available to the recipient on the market." ⁴ Sendo assim, a jurisprudência utiliza o termo "vantagem" como sinônimo para o termo benefício e, portanto, não há razão para incluir a alternativa "ou vantagem" no texto.
Art. 134. (...) §5º A comparação entre a contribuição financeira e o benchmark deverá demonstrar se o destinatário obteve uma vantagem.	Art. 134 (...) §5º A comparação entre a contribuição financeira e o benchmark deverá demonstrar se o destinatário obteve um <u>benefício</u> a vantagem .	Conforme disposto no comentário acima, o Artigo 1.1(b) utiliza a palavra "benefício" como um dos elementos para qualificar a contribuição financeira como um subsídio, de modo que o termo "vantagem" foge da terminologia utilizada no ASCM.
Subseção - Da seleção da taxa de juros de longo prazo para alocação de subsídios não recorrentes		
Art. 151. Em regra, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público selecionará taxa de juros adequada com base nos dados do ano em que a autoridade outorgante, a entidade privada ou o mecanismo de financiamento instruído ou	Art. 151. Em regra, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público selecionará taxa de juros adequada com base nos dados do ano em que a autoridade outorgante, a entidade privada ou o mecanismo de financiamento	Ao selecionar, no texto, os empréstimos considerados como subsídios acionáveis, exclui-se do escopo do artigo os subsídios proibidos. Portanto, sugerimos a adaptação do texto por meio da retirada da palavra "acionáveis", de modo que a previsão seja

⁴ Panel Report, Canada – Aircraft, para. 9.112.

<p>confiado pelo governo, concedeu o subsídio, e utilizará, em ordem de preferência, as seguintes informações:</p> <p>I - o custo efetivo total dos empréstimos de longo prazo a taxas de juros fixas da empresa investigada, excluindo empréstimos considerados como subsídios acionáveis pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público;</p>	<p>instruído ou confiado pelo governo, concedeu o subsídio, e utilizará, em ordem de preferência, as seguintes informações:</p> <p>I - o custo efetivo total dos empréstimos de longo prazo a taxas de juros fixas da empresa investigada, excluindo empréstimos considerados como subsídios acionáveis pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público;</p>	<p>aplicada a todos os tipos de subsídios, inclusive aos empréstimos eventualmente considerados como subsídios proibidos.</p>
<p>Art. 156. (...)</p> <p>§3º Se o subsídio acionável estiver vinculado ao movimento do produto subsidiado do porto ou da fábrica até o local de destino (subsídios a frete, seguro e outros custos envolvidos no transporte do produto subsidiado ao local de destino), a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá fazer ajustes ao valor das vendas de forma a apurar o denominador adequado.</p>	<p>Art. 156. (...)</p> <p>§3º Se o subsídio acionável estiver vinculado ao movimento do produto subsidiado do porto ou da fábrica até o local de destino (subsídios a frete, seguro e outros custos envolvidos no transporte do produto subsidiado ao local de destino), a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá fazer ajustes ao valor das vendas de forma a apurar o denominador adequado.</p>	<p>Ao selecionar, no texto, apenas os subsídios considerados acionáveis, exclui-se do escopo do artigo os subsídios proibidos. Portanto, sugerimos a adaptação do texto por meio da retirada da palavra “acionáveis”, de modo que a previsão seja aplicada a todos os tipos de subsídios, inclusive aos proibidos</p>
Seção III – Do cálculo de certos tipos de subsídio		
Subseção – Dos empréstimos preferenciais		
<p>N/A</p>	<p>Art. 163. Para fins da comparação prevista no artigo anterior, normalmente a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público utilizará como benchmark, na seguinte ordem:</p> <p>(...)</p>	<p>Assim como previsto no texto do Art. 135, §4º, que trata de benchmark a ser usado pela autoridade para comparação e prevê que a SDCOM poderá rejeitar preços privados domésticos no país exportador como benchmark para comparação caso tais preços sejam distorcidos em função da</p>

	<p><u>§ 3º. A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá rejeitar taxas de juros praticadas no país exportador como benchmark caso tais taxas sejam distorcidas em função da interferência do governo no sistema financeiro do país.</u></p>	<p>participação predominante do governo como fornecedor no mercado, entendemos que as taxas de juros do país exportador também devem poder ser rejeitadas caso o sistema financeiro do país sofra interferência direta do governo, de forma que as taxas sejam distorcidas. Por esse motivo, para fins de uniformização da redação e a fim de evitar a obrigatoriedade de utilização de taxas de juros não condizentes com a realidade do livre mercado, sugerimos a inclusão do parágrafo em referência.</p>
Subseção – Dos subsídios transnacionais		
<p>Art. 222. Em regra, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público não considerará como acionáveis os subsídios concedidos por governo de país que não aquele em que a empresa investigada esteja localizada, nem os subsídios concedidos por instituição internacional de empréstimo ou desenvolvimento, com as seguintes exceções:</p> <p>I - se os membros de um consórcio internacional dedicado à produção de um produto investigado receberem subsídios acionáveis de seus respectivos países de origem para auxiliar, permitir ou possibilitar a participação no consórcio investigado;</p>	<p>Art. 222. Em regra, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público não considerará como acionáveis <u>ou proibidos</u> os subsídios concedidos por governo de país que não aquele em que a empresa investigada esteja localizada, nem os subsídios concedidos por instituição internacional de empréstimo ou desenvolvimento, com as seguintes exceções:</p> <p>I - se os membros de um consórcio internacional dedicado à produção de um produto investigado receberem subsídios acionáveis <u>ou proibidos</u> de seus respectivos países de origem para auxiliar, permitir ou possibilitar a participação no consórcio investigado;</p>	<p>Ao classificar os subsídios como acionáveis o texto deixa fora do escopo do artigo os subsídios proibidos. Portanto, faz-se necessária adaptação do texto por meio da previsão de sua aplicação, também, pra subsídios proibidos, de modo que a previsão de subsídios transnacionais seja aplicada a todos os tipos de subsídios.</p>

Seção - Do cálculo do direito compensatório		
Art. 230. Na hipótese de investigação de subsídios acionáveis sobre o mesmo produto e origem de uma investigação de dumping concomitante em que seja utilizada metodologia alternativa para apuração do valor normal que não os preços e custos do país exportador, quando não prevalecerem condições de economia de mercado no segmento produtivo investigado nos termos da legislação em vigor, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público deverá avaliar se os subsídios à produção são repassados ao preço de exportação, de modo a evitar que seja aplicado um duplo remédio para compensar o efeito do mesmo subsídio à produção, via direito compensatório e via valor normal apurado por metodologia alternativa (e.g., quando se adota um país substituto).	Art. 230. Na hipótese de investigação de subsídios acionáveis sobre o mesmo produto e origem de uma investigação de dumping concomitante em que seja utilizada metodologia alternativa para apuração do valor normal que não os preços e custos do país exportador, quando não prevalecerem condições de economia de mercado no segmento produtivo investigado nos termos da legislação em vigor, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público deverá avaliar se os subsídios à produção são repassados ao preço de exportação, de modo a evitar que seja aplicado um duplo remédio para compensar o efeito do mesmo subsídio à produção, via direito compensatório e via valor normal apurado por metodologia alternativa (e.g., quando se adota um país substituto).	Novamente ao classificar os subsídios como acionáveis o texto deixa fora do escopo do artigo os subsídios proibidos. Portanto, faz-se necessária adaptação do texto por meio da retirada da palavra “acionáveis”, de modo que a previsão de subsídios transnacionais seja aplicada a todos os tipos de subsídios.
Capítulo IV – Das Petições de Revisão do Direito por Alteração das Circunstâncias		
Seção – Da Alteração Das Circunstâncias		
Art. 241. Serão aceitas como fontes de informação para fins de instrução de petições de revisão de alteração de circunstâncias, dentre outros: I - demonstrações financeiras e relatórios emitidos por empresas;	Art. 241. Serão aceitas como fontes de informação para fins de instrução de petições de revisão de alteração de circunstâncias, dentre outros: I - demonstrações financeiras e relatórios emitidos por empresas;	Além dos relatórios de organismos internacionais, sugere-se a aceitação de relatórios e estudos emitidos pelos órgãos do governo estrangeiro.

<p>II - legislações e regulamentos estrangeiros, planos governamentais e orçamentos públicos, políticas e programas governamentais, de nível nacional ou subnacional;</p> <p>III - relatórios e estudos vinculados a organismos internacionais; e</p> <p>IV - publicações especializadas, literatura acadêmica e notícias publicadas na mídia.</p>	<p>II - legislações e regulamentos estrangeiros, planos governamentais e orçamentos públicos, políticas e programas governamentais, <u>relatórios e estudos</u>, de nível nacional ou subnacional;</p> <p>III - relatórios e estudos vinculados a organismos internacionais; e</p> <p>IV - publicações especializadas, literatura acadêmica e notícias publicadas na mídia.</p>	
<p>Art. 246. A petição com vistas à extinção do direito compensatório, conforme disposto no inciso I do art. 68 do Decreto no 1.751, de 1995, deverá permitir exame objetivo de fatores relevantes que demonstrem ser improvável a continuação ou a retomada da prática de concessão de subsídios acionáveis, tais como:</p> <p>(...)</p> <p>III - comprovação de que os programas de subsídios investigados na investigação original ou na revisão do direito compensatório mais recente não foram substituídos por outros programas de subsídios com a mesma finalidade dos programas anteriormente investigados, mediante apresentação de documentação oficial que demonstre o conjunto das políticas, programas e planos governamentais existentes, bem como documentação referente ao orçamento público</p>	<p>Art. 246. A petição com vistas à extinção do direito compensatório, conforme disposto no inciso I do art. 68 do Decreto no 1.751, de 1995, deverá permitir exame objetivo de fatores relevantes que demonstrem ser improvável a continuação ou a retomada da prática de concessão de subsídios acionáveis, tais como:</p> <p>(...)</p> <p>III — comprovação de que os programas de subsídios investigados na investigação original ou na revisão do direito compensatório mais recente não foram substituídos por outros programas de subsídios com a mesma finalidade dos programas anteriormente investigados, mediante apresentação de documentação oficial que demonstre o conjunto das políticas, programas e planos governamentais existentes, bem como documentação referente ao orçamento</p>	<p>O inciso II do art. 246 impõe ao peticionário a obtenção de prova negativa. As demais partes interessadas poderão fornecer, no curso da investigação, evidências de que os programas de subsídios investigados foram substituídos por outros programas de subsídios com a mesma finalidade.</p>

no caso de subsídios com impacto orçamentário;	público no caso de subsídios com impacto orçamentário;	
<p>Art. 250. A petição com vistas à alteração do direito compensatório, conforme disposto no inciso II do art. art. 68 do Decreto no 1.751, de 1995, deverá conter indícios suficientes de que o direito compensatório 66 tenha se tornado insuficiente para neutralizar o dano à indústria doméstica causado pelas importações do produto objeto do direito compensatório, incluindo:</p> <p>(...)</p> <p>III - o preço das importações do produto objeto do direito e o seu efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro, incluindo:</p> <p>a) existência de subcotação significativa do preço das importações do produto objeto da investigação em relação ao preço do produto similar no mercado brasileiro;</p> <p>b) evidências de que as importações do produto objeto do direito tiveram por efeito deprimir significativamente os preços; e</p> <p>c) evidências de que as importações do produto objeto do direito tiveram por efeito suprimir significativamente aumento de preços que teria ocorrido na ausência de tais importações.</p>	<p>Art. 250. A petição com vistas à alteração do direito compensatório, conforme disposto no inciso II <u>III</u> do art. art. 68 do Decreto no 1.751, de 1995, deverá conter indícios suficientes de que o direito compensatório 66 tenha se tornado insuficiente para neutralizar o dano à indústria doméstica causado pelas importações do produto objeto do direito compensatório, incluindo:</p> <p>(...)</p> <p>III - o preço das importações do produto objeto do direito e o seu efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro, incluindo:</p> <p>a) existência de subcotação significativa do preço das importações do produto objeto da investigação em relação ao preço do produto similar no mercado brasileiro;</p> <p>b) evidências de que as importações do produto objeto do direito tiveram por efeito deprimir significativamente os preços; ou</p> <p>c) evidências de que as importações do produto objeto do direito tiveram por efeito suprimir significativamente aumento de preços que teria ocorrido na ausência de tais importações.</p>	<p>A referência parece ser ao inciso III do art. 68. Subcotação, depressão e supressão de preços devem ser critérios alternativos.</p>
Art. 317. Com base nos indicadores de	Não aplicável.	Considerando que recentemente foi

<p>desempenho constantes das Subseções I a IX da Seção XII do Capítulo II desta Portaria, explicar de que maneira a extinção da medida compensatória poderia levar à retomada do dano à indústria doméstica.</p> <p>Art. 318. A petição deverá indicar: I - a provável tendência de comportamento das importações do produto objeto da revisão; II - o preço provável das importações objeto de medidas compensatórias e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro; e III - a existência de alterações nas condições de mercado no país exportador, no Brasil ou em terceiros mercados, incluindo alterações na oferta e na demanda do produto similar, em razão, por exemplo, da imposição de medidas de defesa comercial por outros países.</p> <p>Art. 319. Sobre o preço provável das importações objeto de medidas compensatórias e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro, informar se: I - o provável preço do produto objeto da medida estaria subcotado em relação ao preço do produto similar da indústria doméstica;</p>		<p>realizada consulta pública sobre minuta de portaria que regulamentaria a análise de preço provável no âmbito da revisão de direito <i>antidumping</i>, alertamos para a necessidade de garantir a convergência regulatória.</p>
--	--	--

<p>II - em decorrência do provável preço do produto objeto da medida haveria depressão ou supressão do preço do produto similar da indústria doméstica.</p> <p>Parágrafo único. A petição deverá o montante de subcotação e indicar a metodologia para cálculo do provável preço internado do produto objeto da medida, singularizando o valor ou o percentual equivalente às despesas para sua internação</p>		
Dos possíveis outros fatores causadores de dano e da não atribuição		
<p>Art. 320. A petição deverá indicar a existência de quaisquer outros fatores que possam estar simultaneamente causando dano à indústria doméstica durante o período de revisão de continuação de dano, tais como: (...)</p> <p>Parágrafo único. O peticionário deverá separar e distinguir os efeitos dos outros fatores conhecidos apontados na petição, indicando porque os efeitos desses outros fatores não afastam o nexo de causalidade entre as importações subsidiadas e o dano à indústria doméstica verificado no período de revisão de continuação de dano.</p>	<p>Art. 320. A petição deverá indicar a existência de quaisquer outros fatores que possam estar simultaneamente causando dano à indústria doméstica durante o período de revisão de continuação de dano, tais como: (...)</p> <p>Parágrafo único. O peticionário deverá separar e distinguir os efeitos dos outros fatores conhecidos apontados na petição, indicando porque os efeitos desses outros fatores não afastam o nexo de causalidade entre as importações subsidiadas e o dano à indústria doméstica verificado no período de revisão de continuação de dano.</p>	<p>A distinção dos efeitos de outros fatores apontados na petição e seus efeitos em relação ao dano à indústria doméstica é uma análise de alta complexidade traz ônus excessivo para a petionária na apresentação do pleito. Sendo assim, sugerimos a retirada do parágrafo único do Artigo 320, pois este tipo de requerimento dificulta o acesso ao instrumento devido à alta complexidade probatória. Essa análise deve ser uma atribuição da autoridade investigadora, que poderá realizar a análise durante a revisão na posse das informações de todas as partes interessadas.</p>
<p>Art. 321. Caso a indústria doméstica tenha realizado importações do produto objeto de investigação durante o período de revisão de</p>	<p>Art. 321. Caso a indústria doméstica tenha realizado importações do produto objeto de investigação durante o período de revisão de</p>	<p>A demanda pela apresentação dos Apêndices e informações detalhadas referentes às importações de produtos similares por parte</p>

<p>continuação de dano, o peticionário deverá indicar as razões que levaram à realização dessas importações e preencher o Apêndice XXII, XXIII e XXIV, no caso de ter havido desembaraço de importações do produto objeto do direito compensatório durante o período de revisão de existência de subsídios.</p> <p>§ 1º A petição deverá conter descrição detalhada dos produtos importados pela indústria doméstica, mediante a apresentação de informações e especificações relevantes que permitam caracterizar tecnicamente este produto, tais como nome/código comercial do fabricante, tipo, mercado a que se destina, dentre outros, bem como catálogos do produto, se disponíveis.</p> <p>§ 2º Deverá ser indicado se há diferença de qualidade entre o produto importado e o produzido pela indústria doméstica, indicando também os motivos de ordem técnica, financeira, operacional ou outra, que determinaram a opção pelo produto importado e não pelo produto fabricado no Brasil.</p> <p>§ 3º Deverão ser indicados quais os principais elementos determinantes na formação do preço do produto importado e os lotes usuais de comércio (quantidade mais frequente nas</p>	<p>continuação de dano, o peticionário deverá indicar as razões que levaram à realização dessas importações e preencher o Apêndice XXII, XXIII e XXIV, no caso de ter havido desembaraço de importações do produto objeto do direito compensatório durante o período de revisão de existência de subsídios.</p> <p>§ 1º A petição deverá conter descrição detalhada dos produtos importados pela indústria doméstica, mediante a apresentação de informações e especificações relevantes que permitam caracterizar tecnicamente este produto, tais como nome/código comercial do fabricante, tipo, mercado a que se destina, dentre outros, bem como catálogos do produto, se disponíveis.</p> <p>§ 2º Deverá ser indicado se há diferença de qualidade entre o produto importado e o produzido pela indústria doméstica, indicando também os motivos de ordem técnica, financeira, operacional ou outra, que determinaram a opção pelo produto importado e não pelo produto fabricado no Brasil.</p>	<p>da peticionária como, por exemplo, a discriminação dos custos e despesas referentes às importações, apresenta um alto grau de complexidade para a peticionária, resultando em ônus excessivo para a apresentação de pleito. Sendo assim, questiona-se a relevância de impor a necessidade de apresentação desses dados por parte da peticionária antes do início da investigação. Cabe destacar que, por exemplo, no caso de investigações antidumping esta informação era requerida, entretanto esta demanda foi derogada pela Portaria SECEX nº 41/2013. Note-se ainda que há outros apêndices na presente portaria que já solicitam apresentação de informações com volume, valor e em formato de demonstrativo financeiro do produto importado pela indústria doméstica. Além do mais, as informações detalhadas sobre custos e despesas incidentes nas importações podem ser obtidas por meio de questionários específicos para os importadores do produto.</p>
--	---	---

<p>transações normais), esclarecendo se há distinção entre os lotes de produto adquirido nos mercados interno e no mercado externo, bem como, em caso positivo, em que medida isso se reflete nos preços.</p> <p>§4º Deverá ser informada a ocorrência de tratamentos tributários específicos na importação (ex.: drawback).</p> <p>§5º Deverá ser esclarecido se a indústria doméstica submete o produto importado a algum processo de transformação ou embalagem, descrevendo sucintamente tal processo, ou se o utiliza ou revende na forma em que foi importado.</p> <p>§6º Deverá ser informado se o produto importado é posteriormente exportado ou vendido no mercado interno.</p> <p>§7º Caso a indústria doméstica revenda o produto importado, deverá ser informado quais são os tipos/categorias de clientes/segmentos de mercado e os canais de distribuições utilizados em cada uma dessas hipóteses, bem como a participação de cada tipo/categoria no total de vendas.</p>	<p>§ 3º Deverão ser indicados quais os principais elementos determinantes na formação do preço do produto importado e os lotes usuais de comércio (quantidade mais frequente nas transações normais), esclarecendo se há distinção entre os lotes de produto adquirido nos mercados interno e no mercado externo, bem como, em caso positivo, em que medida isso se reflete nos preços.</p> <p>§4º Deverá ser informada a ocorrência de tratamentos tributários específicos na importação (ex.: drawback).</p> <p>§5º Deverá ser esclarecido se a indústria doméstica submete o produto importado a algum processo de transformação ou embalagem, descrevendo sucintamente tal processo, ou se o utiliza ou revende na forma em que foi importado.</p> <p>§6º Deverá ser informado se o produto importado é posteriormente exportado ou vendido no mercado interno.</p> <p>§7º Caso a indústria doméstica revenda o produto importado, deverá ser informado quais são os tipos/categorias de clientes/segmentos de mercado e os canais</p>	
---	--	--

<p>§8º Deverá ser esclarecida a política comercial na aquisição do produto importado, incluindo a existência de contratos de fornecimento e sua periodicidade; prática de concessão de desconto por distribuição, por região, por quantidade comprada; prêmio, crédito ou bonificação semestral ou anual etc.</p> <p>§ 9º Deverá ser informado o custo financeiro e o prazo médio para pagamento das importações do referido produto, bem como se ocorre benefício de algum programa de financiamento à importação por parte das empresas exportadoras, entidades financeiras de fomento à exportação, ou outras.</p> <p>§10º Deverá ser informado, caso haja, serviços de pós-venda (assistência técnica, controle ambiental etc.), fornecidos pela empresa produtora/exportadora a seus clientes.</p> <p>§11º Deverá ser informada a localização dos centros de estocagem do produto, bem como a distância média em relação aos principais clientes de sua empresa.</p>	<p>de distribuições utilizados em cada uma dessas hipóteses, bem como a participação <u>do produto importado de cada tipo/categoria</u> no total de vendas.</p> <p>§8º Deverá ser esclarecida a política comercial na aquisição do produto importado, incluindo a existência de contratos de fornecimento e sua periodicidade; prática de concessão de desconto por distribuição, por região, por quantidade comprada; prêmio, crédito ou bonificação semestral ou anual etc.</p> <p>§ 9º Deverá ser informado o custo financeiro e o prazo médio para pagamento das importações do referido produto, bem como se ocorre benefício de algum programa de financiamento à importação por parte das empresas exportadoras, entidades financeiras de fomento à exportação, ou outras.</p> <p>§10º Deverá ser informado, caso haja, serviços de pós-venda (assistência técnica, controle ambiental etc.), fornecidos pela empresa produtora/exportadora a seus clientes.</p>	
---	---	--

	§11º Deverá ser informada a localização dos centros de estocagem do produto, bem como a distância média em relação aos principais clientes de sua empresa.	
CAPÍTULO VI – PETIÇÕES DE REVISÃO ACELERADA		
Art. 324. As petições de revisão acelerada de que trata o art. 69 do Decreto nº 1.751, de 1995, apresentadas por produtor ou exportador de país sujeito à aplicação de direitos compensatórios, deverão obedecer às disposições deste Capítulo.	Art. 324. As petições de revisão acelerada de que trata o art. 69 do Decreto nº 1.751, de 1995, apresentadas por produtor ou exportador de país sujeito à aplicação de direitos compensatórios, deverão obedecer às disposições deste Capítulo.	Sugere-se o ajuste na redação do §2º do art. 324 de modo a esclarecer o requisito para admissibilidade de petições de revisão acelerada apresentadas por partes relacionadas. O termo “próximo o suficiente” é muito abrangente e poderia trazer dúvidas para a interpretação e aplicação da regra, prejudicando a previsibilidade e segurança jurídica.
§ 2º Não serão conhecidas petições apresentadas coletivamente em nome de mais de um produtor ou exportador do país sujeito à aplicação de direitos compensatórios, salvo se for comprovado que a relação estrutural ou comercial das entidades entre si, ou com uma terceira entidade, é próxima o suficiente.	§ 2º Não serão conhecidas petições apresentadas coletivamente em nome de mais de um produtor ou exportador do país sujeito à aplicação de direitos compensatórios, salvo se for comprovada que a relação estrutural ou comercial das entidades entre si, ou com uma terceira entidade, é próxima o suficiente.	
Art. 325. Conforme indicado no art. 4º, a Subsecretaria de Defesa Comercial poderá conduzir verificação in loco para examinar os registros e comprovar a validade das informações submetidas pelo produtor ou exportador que protocolou a petição de revisão acelerada.	Art. 325. Conforme indicado no art. 4º, a Subsecretaria de Defesa Comercial poderá conduzir verificação in loco para examinar os registros e comprovar a validade das informações submetidas pelo produtor ou exportador que protocolou a petição de revisão acelerada.	Sugere-se a exclusão do art. 325 para evitar a repetição de trechos idênticos já constantes em diferentes seções da minuta de Portaria ou mesmo no Decreto nº 1.751/1995. Essa norma já está refletida no art. 4º do Capítulo I da minuta de Portaria.
Parágrafo único. Para fins do caput , os	Parágrafo único. Para fins do caput, os	

documentos auxiliares utilizados na elaboração da petição deverão ser preservados.	documentos auxiliares utilizados na elaboração da petição deverão ser preservados.	
<p>Art. 326. Todas as informações apresentadas na petição deverão vir acompanhadas de comprovação, de justificativas, das fontes e metodologias utilizadas.</p> <p>Parágrafo único. A petição deverá conter os elementos necessários que possibilitem, de forma célere, a determinação do montante individual de subsídio do produtor ou exportador peticionário.</p>	<p>Art. 326. Todas as informações apresentadas na petição deverão vir acompanhadas de comprovação, de justificativas, das fontes e metodologias utilizadas.</p> <p>Parágrafo único. A petição deverá conter os elementos necessários que possibilitem, de forma célere, a determinação do montante individual de subsídio do produtor ou exportador peticionário.</p>	<p>Sugere-se a exclusão do art. 326 para evitar a repetição de trechos idênticos já constantes em diferentes seções da minuta de Portaria ou mesmo no Decreto nº 1.751/1995. Caso a SDCOM julgue necessário, essa norma pode ser inserida no Capítulo I da minuta de Portaria.</p> <p>Além disso, sugere-se a exclusão do parágrafo único, uma vez que não especifica os elementos necessários para a determinação do montante de subsídios de forma célere. Os produtores/exportadores devem apresentar da melhor forma possível todos os dados e informações solicitados na Portaria.</p>
<p>Art. 328. A petição de revisão acelerada deverá conter:</p> <p>I - informações referentes à razão social, endereço completo, telefone e endereço eletrônico do peticionário; e</p> <p>II - nome, função, endereço completo, telefone e endereço eletrônico do representante legal do peticionário junto à</p>	<p>Art. 328. A petição de revisão acelerada deverá conter:</p> <p>I - informações referentes à razão social, endereço completo, telefone e endereço eletrônico do peticionário; e</p> <p>II - nome, função, endereço completo, telefone e endereço eletrônico do representante legal do peticionário junto à</p>	<p>Sugere-se a exclusão do art. 328 para evitar a repetição de trechos idênticos já constantes em diferentes seções da minuta de Portaria. Caso a SDCOM julgue necessário, pode solicitar essa informação em formato de anexo ou no Capítulo I da minuta de Portaria.</p>

Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público.	Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público.	
<p>Art. 329. Caso o peticionário seja apenas exportador e não o produtor do produto sujeito ao direito compensatório, deverá incluir em seu pedido, além das informações do exportador:</p> <p>§ 2º Caso o produtor e o exportador sejam partes relacionadas ou associadas nos termos do art. 126 desta Portaria, deverão ser apresentados elementos que comprovem a relação ou associação, sob pena de a petição ser sumariamente indeferida.</p>	<p>Art. 329. Caso o peticionário seja apenas exportador e não o produtor do produto sujeito ao direito compensatório, deverá incluir em seu pedido, além das informações do exportador:</p> <p>§ 2º Caso o produtor e o exportador sejam partes relacionadas ou associadas nos termos do art. 126 desta Portaria, deverão ser apresentados elementos que comprovem a relação ou associação, sob pena de a petição ser sumariamente indeferida.</p>	Sugere-se alteração para evitar introdução da definição de partes relacionadas sendo efetuada por Portaria e, acima de tudo, incorporando definição apresentada em outro Acordo da OMC (Acordo Sobre Valoração Aduaneira).
Art. 330. O peticionário deverá também informar na petição se o produto objeto do direito compensatório se beneficia indiretamente da concessão de subsídios, por meio de contribuição financeira concedida pelo governo ou órgão público a outras empresas, sejam tais empresas partes relacionadas ou associadas ao peticionário ou não.	Art. 330. O peticionário deverá também informar na petição se o produto objeto do direito compensatório se beneficia indiretamente da concessão de subsídios, por meio de contribuição financeira concedida pelo governo ou órgão público a outras empresas, sejam tais empresas partes relacionadas ou associadas ao peticionário ou não .	Sugere-se alterar o texto para limitar o pedido a partes relacionadas ou associadas ao peticionário. Em se tratando de revisão acelerada, que visa ao cálculo de medida compensatória, considerando que já há medida em vigor, a SDCOM já dispõe de informação relativa a outros produtores/exportadores investigados.
Art. 334. Caso o peticionário não tenha exportado ao longo do período de investigação de existência de subsídio da	Art. 334. Caso o peticionário não tenha exportado ao longo do período de investigação de existência de subsídio da	Com relação ao §2º, sugere-se a exclusão do termo “preferencialmente”, uma vez que parece permitir possibilidade contrária à

<p>investigação que aplicou, alterou ou prorrogou o direito compensatório objeto da revisão acelerada, mas exportou em momento posterior, a petição deverá ser instruída com dados referentes ao período de tempo transcorrido desde o encerramento do período de investigação da referida investigação até quatro meses antes do protocolo da petição, considerado como período de revisão para a revisão acelerada, utilizando-se do formato do questionário referido no art. 333.</p> <p>§2º O produtor ou exportador deverá, preferencialmente, apresentar os dados em intervalos de doze meses, e terá até o último dia útil do quarto mês subsequente ao encerramento do período de revisão proposto para protocolar a petição.</p> <p>§ 3º Caso o direito compensatório já tenha sido objeto de revisão de final de período, o peticionário deverá justificar por qual razão não foi possível solicitar tempestivamente revisão de alteração das circunstâncias para fins de alteração do montante de direito compensatório, conforme previsto no art. 260 do Capítulo V desta Portaria (e.g., não foi parte interessada identificada na revisão ou apenas iniciou suas operações</p>	<p>investigação que aplicou, alterou ou prorrogou o direito compensatório objeto da revisão acelerada, mas exportou em momento posterior, a petição deverá ser instruída com dados referentes ao período de tempo transcorrido desde o encerramento do período de investigação da referida investigação até quatro meses antes do protocolo da petição, considerado como período de revisão para a revisão acelerada, utilizando-se do formato do questionário referido no art. 333.</p> <p>§2º O produtor ou exportador deverá, preferencialmente, apresentar os dados em intervalos de doze meses, e terá até o último dia útil do quarto mês subsequente ao encerramento do período de revisão proposto para protocolar a petição.</p> <p>§ 3º Caso o direito compensatório já tenha sido objeto de revisão de final de período, o peticionário deverá justificar por qual razão não foi possível solicitar tempestivamente revisão de alteração das circunstâncias para fins de alteração do montante de direito compensatório, conforme previsto no art. 260 do Capítulo V desta Portaria (e.g., não foi parte interessada identificada na revisão ou apenas iniciou suas</p>	<p>obrigação prevista no §1º, que prevê expressamente que o período de revisão deve compreender no mínimo 12 meses.</p> <p>O §3º, por sua vez, parece confundir instrumentos distintos (revisões aceleradas, revisões de final de período e revisões aceleradas). A minuta de Portaria está sugerindo que, durante a revisão de final de período, a revisão de alteração de circunstâncias seja utilizada para conferir direito individual a um exportador que não obteve na original. Não há impedimentos legais para que a SDCOM apure margens individuais para as partes interessadas na revisão de final de período, independentemente das margens apuradas na investigação original.</p> <p>Com relação ao art. 5º, por fim, sugere-se a exclusão do termo “improrrogável”. As informações complementares ao questionário do produtor/exportador normalmente demandam esclarecimentos e a coordenação de esforços das equipes responsáveis para a elaboração das respostas apresentadas à SDCOM. Em alguns casos, esses trabalhos podem ser mais lentos em razão do fuso horário do local em que as empresas se encontram. Por isso, o prazo improrrogável</p>
--	--	---

posteriormente).	operações posteriormente).	de 5 (cinco) dias é bastante curto e pode inviabilizar a resposta da forma mais completa possível.
§5º A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá solicitar informações complementares ao peticionário, que devem ser encaminhadas no prazo improrrogável de cinco dias, contado da data de ciência da solicitação.	§5º A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá solicitar informações complementares ao peticionário, que devem ser encaminhadas no prazo improrrogável de cinco dias, contado da data de ciência da solicitação.	
CAPÍTULO VII - DAS PETIÇÕES DE REVISÃO ANTICIRCUNVENÇÃO		
Seção I - Das instruções gerais		
Subseção - Da identificação de importadores, produtores e exportadores		
Art. 356. No caso do inciso I do art. 342 desta Portaria, a petição deverá informar o nome e o endereço dos exportadores e dos importadores brasileiros das partes, peças e componentes, bem como das empresas responsáveis pela industrialização das partes, peças e componentes. Art. 357. No caso do inciso II do art. 342 desta Portaria, a petição deverá indicar o nome e o endereço dos exportadores e dos importadores brasileiros do produto objeto da revisão, bem como das empresas responsáveis pela industrialização no terceiro país. Art. 358. No caso do inciso III do art. 342 desta Portaria, a petição deverá informar o nome e o endereço dos exportadores e dos	Art. 356. No caso do inciso I do art. 342 desta Portaria, a petição deverá informar o nome e o endereço dos exportadores e dos importadores brasileiros <u>conhecidos</u> das partes, peças e componentes, bem como das empresas responsáveis pela industrialização das partes, peças e componentes. Art. 357. No caso do inciso II do art. 342 desta Portaria, a petição deverá indicar o nome e o endereço dos exportadores e dos importadores brasileiros <u>conhecidos</u> do produto objeto da revisão, bem como das empresas responsáveis pela industrialização no terceiro país. Art. 358. No caso do inciso III do art. 342 desta Portaria, a petição deverá informar o	A alteração visa adequar a exigência a eventual ausência de informações públicas acerca de importadores/exportadores em determinadas situações.

importadores brasileiros do produto objeto da revisão, bem como das empresas responsáveis pela modificação marginal do produto.	nome e o endereço dos exportadores e dos importadores brasileiros <u>conhecidos</u> do produto objeto da revisão, bem como das empresas responsáveis pela modificação marginal do produto.	
CAPÍTULO VIII – PROPOSTAS DE COMPROMISSO DE PREÇOS		
<p>Art. 359. As propostas de compromisso apresentadas por produtores/exportadores ou governo em investigações de subsídios, nos termos do Artigo 18 do Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da Organização Mundial do Comércio deverão obedecer às disposições deste Capítulo.</p> <p>Parágrafo único. Não serão conhecidas propostas de compromisso que não atendam ao disposto neste Capítulo.</p>	<p>Art. 359. As propostas de compromisso apresentadas por produtores/exportadores ou governo em investigações de subsídios, nos termos do Artigo 18 do Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da Organização Mundial do Comércio deverão obedecer às disposições deste Capítulo.</p> <p>Parágrafo único. Não serão conhecidas propostas de compromisso que não atendam ao disposto neste Capítulo.</p>	Sugere-se a exclusão do parágrafo único, pois está aparentemente redundante com relação à regra contida no caput.
<p>Art. 360. A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá recusar propostas de compromisso consideradas ineficazes ou impraticáveis, inclusive por razões de política geral, nos termos do Artigo 18.3 do Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da Organização Mundial do Comércio deverão obedecer às disposições deste Capítulo.</p>	<p>Art. 360. A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá recusar propostas de compromisso consideradas ineficazes ou impraticáveis, inclusive por razões de política geral, nos termos do Artigo 18.3 do Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da Organização Mundial do Comércio deverão obedecer às disposições deste Capítulo.</p>	Sugere-se a exclusão de trecho aparentemente fora de contexto.

<p>Art. 360 (...)</p> <p>Parágrafo único. Não serão aceitas propostas de compromisso que sejam oferecidas no caso de:</p> <p>II - investigação de produto de setor afetado por sobrecapacidade produtiva ou excesso de oferta mundial identificada no médio ou longo prazo; e</p> <p>III - investigação contra produtos cujos insumos sejam objeto de distorções por conta de restrições à exportação estabelecidas pelo país investigado, com base no Inventário sobre restrições à exportação de matérias-primas industriais da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) ou em qualquer outra base de dados da OCDE que substitua esta base de dados e identifique distorções ao nível das matérias-primas.</p>	<p>Art. 360 (...)</p> <p>Parágrafo único. Não serão aceitas propostas de compromisso que sejam oferecidas no caso de:</p> <p>II - investigação de produto de setor afetado por sobrecapacidade produtiva ou excesso de oferta mundial identificada no médio ou longo prazo; e</p> <p>III - investigação contra produtos cujos insumos sejam objeto de distorções por conta de restrições à exportação estabelecidas pelo país investigado, com base no Inventário sobre restrições à exportação de matérias-primas industriais da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) ou em qualquer outra base de dados da OCDE que substitua esta base de dados e identifique distorções ao nível das matérias-primas.</p>	<p>Sugere-se a exclusão do art. 360, visto que a definição de novos critérios para admissibilidade de propostas de compromissos de preços pode extrapolar a competência da SDCOM para regulamentação de procedimento (ritos formais) das investigações de subsídios. Não há vedação no Decreto nº 1.751/1995 e tampouco no ASMC da OMC a propostas de compromisso apresentadas por empresas cujos setores são afetados por sobrecapacidade ou cujos preços dos insumos sofrem distorções a partir de políticas públicas do país exportador. A autoridade investigadora pode avaliar caso-a-caso a possibilidade de aceitar os compromissos de preços apresentados por essas empresas, desde que sejam suficientes para neutralizar o dano causado à indústria doméstica.</p>
<p>Art. 364. A proposta de compromisso de produtor/exportador somente será conhecida se apresentada por produtor/exportador que tenha respondido ao questionário, cujo montante individual de subsídios tenha sido apurado com base nas informações fornecidas pelo próprio</p>	<p>Art. 364. A proposta de compromisso de produtor/exportador somente será conhecida se apresentada por produtor/exportador que tenha respondido ao questionário, cujo montante individual de subsídios tenha sido apurado com base nas informações fornecidas pelo próprio</p>	<p>Sugere-se a exclusão do art. 364, visto que a definição de novos critérios para admissibilidade de propostas de compromissos de preços pode extrapolar a competência da SDCOM para regulamentação de procedimento (ritos formais) das investigações de subsídios. Não</p>

<p>produtor/exportador e que tenham sido verificadas pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público.</p> <p>§ 1º A proposta apresentada por produtor/exportador deverá estar acompanhada de consentimento, por escrito, assinado por autoridade competente do governo do país exportador.</p> <p>§ 2º Não será conhecida proposta de compromisso de produtor/exportador no caso em que o governo do país exportador não tenha cooperado com a investigação.</p>	<p>produtor/exportador e que tenham sido verificadas pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público.</p> <p>§ 1º A proposta apresentada por produtor/exportador deverá estar acompanhada de consentimento, por escrito, assinado por autoridade competente do governo do país exportador.</p> <p>§ 2º Não será conhecida proposta de compromisso de produtor/exportador no caso em que o governo do país exportador não tenha cooperado com a investigação.</p>	<p>há vedação no Decreto nº 1.751/1995 e tampouco no ASMC da OMC a propostas de compromisso apresentadas por empresas que tiveram suas margens apuradas com base na melhor informação disponível. A autoridade investigadora pode avaliar caso-a-caso a possibilidade de aceitar os compromissos de preços apresentados por essas empresas, desde que sejam suficientes para neutralizar o dano causado à indústria doméstica.</p>
<p>Art. 366. Na hipótese de exportações para partes relacionadas no Brasil, conforme os termos do art. 126 desta Portaria, o compromisso proposto pelo produtor/exportador deverá conter, além das informações a que faz referência o art. 365 desta Portaria:</p>	<p>Art. 366. Na hipótese de exportações para partes relacionadas no Brasil, conforme os termos do art. 126 desta Portaria, o compromisso proposto pelo produtor/exportador deverá conter, além das informações a que faz referência o art. 365 desta Portaria:</p>	<p>Sugere-se alteração para evitar definição de partes relacionadas sendo efetuada por Portaria e, acima de tudo, incorporando definição apresentada em outro Acordo da OMC (Acordo Sobre Valoração Aduaneira).</p>
<p>Art. 366. (...)</p> <p>III - a respectiva memória de cálculo utilizada na estimativa do respectivo preço de revenda mencionado no inciso anterior.</p>	<p>Art. 366.</p> <p>III - a respectiva memória de cálculo utilizada na estimativa do respectivo preço de revenda para o primeiro comprador independente no Brasil mencionado no inciso anterior.</p>	<p>Sugere-se a alteração do texto para aprimorar a objetividade e clareza da norma.</p>

<p>Art. 371. O produtor/exportador, incluindo partes relacionadas, que propuserem compromisso deverão se comprometer expressamente a, entre outras:</p> <p>XI - não exportar o produto objeto deste compromisso por meio de países intermediários, devendo o embarque destes originar-se sempre diretamente do país de origem para o Brasil;</p>	<p>Art. 371. O produtor/exportador, incluindo partes relacionadas, que propuserem compromisso deverão se comprometer expressamente a, entre outras:</p> <p>XI - não exportar o produto objeto deste compromisso por meio de países intermediários, devendo o embarque destes originar-se sempre diretamente do país de origem para o Brasil;</p>	<p>Sugere-se a exclusão do inciso XI, pois estas operações dizem respeito exclusivamente à estratégia comercial dos produtores/exportadores. Essas vendas não representam indícios de violação desde que realizadas de acordo com os preços definidos no compromisso.</p>
<p>Art. 372. A proposta de compromisso apresentada pelo governo do país exportador somente será conhecida caso o governo tenha colaborado com a investigação.</p> <p>Parágrafo único. Não serão conhecidas propostas de compromisso apresentadas caso qualquer produtor/exportador instado a responder ao questionário tenha seu montante individual de subsídio estabelecido com base na melhor informação disponível.</p>	<p>Art. 372. A proposta de compromisso apresentada pelo governo do país exportador somente será conhecida caso o governo tenha colaborado com a investigação.</p> <p>Parágrafo único. Não serão conhecidas propostas de compromisso apresentadas caso qualquer produtor/exportador instado a responder ao questionário tenha seu montante individual de subsídio estabelecido com base na melhor informação disponível.</p>	<p>Sugere-se a exclusão do parágrafo único do art. 372, que condiciona a aceitação do compromisso de preços à participação e validação dos dados de todos os produtores/exportadores. A definição de novos critérios para admissibilidade de propostas de compromissos de preços pode extrapolar a competência da SDCOM para regulamentação de procedimento (ritos formais) das investigações de subsídios. Não há vedação no Decreto nº 1.751/1995 e tampouco no ASMC da OMC a propostas de compromisso apresentadas por governos, mesmo quando há margens apuradas para produtores/exportadores com base na melhor informação disponível. A autoridade investigadora pode avaliar caso-a-caso a possibilidade de aceitar os compromissos de preços apresentados por essas empresas,</p>

		desde que sejam suficientes para neutralizar o dano causado à indústria doméstica.
Art. 380. O governo que propuser compromisso deverá se comprometer expressamente a:	Art. 380. O governo que propuser compromisso deverá se comprometer expressamente a:	Sugere-se exclusão do termo “não”.
II - evitar que as empresas produtoras/exportadoras não se envolvam em práticas de circunvenção;	II - evitar que as empresas produtoras/exportadoras não se envolvam em práticas de circunvenção;	
CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES FINAIS		
Art. 381. Nos termos do art. 18 da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, para fins das investigações de subsídios acionáveis, poderão ser incorporados aos autos documentos elaborados nos idiomas oficiais da Organização Mundial do Comércio, e, no caso de documentos elaborados em idiomas estrangeiros para os quais não haja tradutor público no Brasil, serão aceitas traduções para o idioma português efetuadas pela representação oficial da origem exportadora no Brasil, desde que acompanhadas de comunicação oficial atestando a autoria da tradução.	Art. 381. Nos termos do art. 18 da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, para fins das investigações de subsídios acionáveis, poderão ser incorporados aos autos documentos elaborados nos idiomas oficiais da Organização Mundial do Comércio, e, no caso de documentos elaborados em idiomas estrangeiros para os quais não haja tradutor público no Brasil, serão aceitas traduções para o idioma português efetuadas pela representação oficial da origem exportadora no Brasil, desde que acompanhadas de comunicação oficial atestando a autoria da tradução.	Sugere-se a inclusão dos §§1º e 2º para permitir a apresentação de documentos cujo teor é atestado pelo representante legal das partes interessadas nas investigações de subsídios acionáveis, assim como a possibilidade de que estes documentos, após serem submetidos ao exercício do contraditório, possam ser objeto de contestação quanto a eventuais incorreções, imprecisões ou incompletudes.
Parágrafo único. A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, respeitado o previsto no caput deste artigo, poderá, a seu critério, incorporar aos autos das investigações de subsídios acionáveis	§1º A versão em vernáculo será firmada por tradutor juramentado ou terá seu teor autenticado pelo próprio representante legal da parte que o apresentar, mediante declaração de tratar-se de versão fidedigna,	Ademais, sugere-se a inclusão dos §§3º e 4º para esclarecer que as partes interessadas – e não somente a SDCOM - podem apresentar documentos obtidos a partir de site governamental oficial ou outras fontes fiáveis e isentas. A redação anterior era muito ampla e poderia denotar excessiva discricionariedade para o critério de

<p>documentos nos idiomas oficiais da Organização Mundial do Comércio obtidos diretamente de site governamental oficial ou outras fontes fiáveis e isentas, como bancos de textos legais.</p>	<p>sob sua responsabilidade pessoal. Nessa hipótese, a parte deve disponibilizar o inteiro teor do documento de forma que seja passível de tradução online pelas demais partes interessadas, excetuadas apenas as hipóteses de confidencialidade.</p> <p>§2º Constatada não fidedignidade nas informações prestadas ou contidas nos documentos apresentados à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, a parte será instada a apresentar tradução firmada por tradutor público no Brasil, sob pena de utilização da melhor informação disponível nos termos do art. 37, § 3o c/c 79 do Decreto no 1.751, de 1995.</p> <p>§3º Poderão ser juntados aos autos das investigações de subsídios acionáveis documentos nos idiomas oficiais da Organização Mundial do Comércio obtidos diretamente de site governamental oficial ou outras fontes fiáveis e isentas, como bancos de textos legais.</p> <p>§4º A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público ou qualquer parte interessada podem impugnar a fidedignidade ou exatidão da tradução, desde que devidamente acompanhada dos</p>	<p>admissibilidade e razoabilidade a ser adotado pela SDCOM.</p> <p>Trata-se de nova interpretação dada ao art. 18 da Lei nº 12.995/14 e que tem como base as regras aplicáveis aos processos administrativos (art. 2º, VI e IX, da Lei 9.784/99), assim como a prática mais moderna da Administração Pública no Brasil, refletida, por exemplo, na regra prevista no art. 4º da Lei nº 13.784/19 (Lei da Liberdade Econômica) que impede a Administração Pública de aumentar custos de transação e no Decreto nº 10.609/21 que institui a Política Nacional de Modernização do Estado.</p>
---	---	---

	elementos de prova necessários.	
--	---------------------------------	--

APÊNDICES		
Apêndice III		
Campos Obrigatórios 7.0 Legislação ou regulamento aplicável	Alteração da classificação do campo para “preencher quando possível”	<p>Não é raro que a legislação do país que concede o subsídio não esteja disponível facilmente para consulta. Além disso, a própria SDCOM reconheceu a dificuldade de obtenção de parte das informações, prevendo no art. 47 o seguinte:</p> <p>“Art. 47. A petição deverá conter indícios da existência de subsídios e, se possível, de seu montante. § 1o Para fornecimento das informações solicitadas nesta Seção deverá ser utilizada, de forma complementar, a tabela constante no Apêndice III desta Portaria. <u>§ 2o Caso não seja possível fornecer algumas das informações previstas nesta Seção, o peticionário deverá justificar nos termos do art. 15 desta Portaria.</u>”</p>
Apêndices XXII, XXIII, XXIV e XXV		
APÊNDICE XXII IMPORTAÇÕES DO PRODUTO OBJETO (P5)	Excluir os Apêndices XXII; XXIII; XXIV; e XXV.	A demanda pela apresentação das informações detalhadas referentes às importações de produtos similares por parte da peticionária como, por exemplo, a

APÊNDICE XXIII IMPORTAÇÕES DO PRODUTO OBJETO (P1 A P4)		
APÊNDICE XXIV REVENDA DO PRODUTO OBJETO IMPORTADO (P5)		
APÊNDICE XXV IMPORTAÇÕES DO PRODUTO OBJETO		
		<p>discriminação dos custos e despesas referentes às importações, apresenta um alto grau de complexidade para a peticionária, resultando em ônus excessivo para a apresentação de pleito. Sendo assim, questiona-se a relevância de impor a necessidade de apresentação desses dados por parte da peticionária antes do início da investigação. Cabe destacar que, por exemplo, no caso de investigações antidumping esta informação era requerida, entretanto esta demanda foi derogada pela Portaria SECEX nº 41/2013. Note-se ainda que há outros apêndices na presente portaria que já solicitam apresentação de informações com volume, valor e em formato de demonstrativo financeiro do produto importado pela indústria doméstica. Além do mais, as informações detalhadas sobre custos e despesas incidentes nas importações podem ser obtidas por meio de questionários específicos para os importadores do produto.</p>